

“A certidão de óbito veio lavrada desde os negreiros”: Extensão e Educação Popular em saúde mental diante da produção social do banzo contemporâneo

Silier Andrade Cardoso Borges¹

Helena Ayla Monteiro Gama²

Ingrid da Silva Bitencourt³

Shirley Gonçalves Amaral dos Santos⁴

Maria Eduarda Bonfim da Silva⁵

Resumo

Este artigo consiste em um relato de experiência de docente e discentes extensionistas vinculados ao projeto “Escutatórias: ajuda e suporte mútuos em saúde mental e educação popular no território”, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, desenvolvido durante o ano de 2024 em um bairro popular de Santo Antônio de Jesus. Neste relato, buscamos compartilhar as angústias e os dilemas vividos pela equipe, bem como refletimos sobre os horizontes que guiaram as nossas práticas. Ainda, nos propomos a refletir sobre o processo ensino-aprendizagem em extensão e educação popular de docentes e estudantes de graduação em territórios periféricos. Compartilhamos nossas angústias, os dilemas vividos e os horizontes que guiaram essa clínica artesanal efetuada em território. Entendemos que as experiências em extensão e educação popular contribuem para reorientar os itinerários formativos em saúde do ponto de vista técnico, ético e político, em razão de seu compromisso com o encontro, o diálogo e a imersão crítica na realidade. Ademais, a extensão popular reconhece a legitimidade das dores e fortalece a potência dos vínculos comunitários entre mulheres negras e periféricas, submetidas à continuada experiência de dor pelo extermínio de seus filhos e netos e decorrente de um projeto político de produção de desesperanças.

Palavras-chave: Extensão popular. Educação popular. Educação e saúde.

Abstract

The article comprises an experience report of professors and extension students associated to the project "Active Listening: mutual aid and support in mental health and popular education

¹ Doutor em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/ UFBA). Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: silier@ufrb.edu.br

² Discente do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde com terminalidade em Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: helenaaayla@aluno.ufrb.edu.br

³ Discente do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde com terminalidade em Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: ingridbitencourt@aluno.ufrb.edu.br

⁴ Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: shirleyamarall@hotmail.com

⁵ Discente do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde com terminalidade em Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: mariaeduarda@aluno.ufrb.edu.br

in the territory", of the Health Sciences Center, at the Federal University of Recôncavo da Bahia, carried out during 2024 in a popular neighborhood of Santo Antônio de Jesus. In this report, we seek to share the anguish and dilemmas experienced by the team, as well as to reflect on the perceptions that guided our practices. It is also proposed to reflect on the teaching-learning process in extension and popular education of professors and undergraduate students in peripheral territories. Anxieties, dilemmas experienced and the insights that guided this artisanal practice carried out in the territory are shared. Experiences in extension and popular education are understood to contribute towards readdressing health training programs from a technical, ethical and political standpoint, due to their commitment towards the encounters, dialogues and critical immersion into reality. Additionally, popular extension recognizes the legitimacy of pain and strengthens the power of community bonds between black and peripheral women, subjected to the continued experience of pain resulting from the extermination of their children and grandchildren and from a political project producing hopelessness.

Keywords: Popular extension. Popular education. Education and health.

Introdução

Conceição Evaristo, em sua poesia “certidão de óbito”, nos ensina que “[...] a terra está coberta de valas/ e a qualquer descuido da vida/ a morte é certa. / A bala não erra o alvo, no escuro / um corpo negro bambeia e dança”. Isso porque “a certidão de óbito, os antigos sabem, / veio lavrada desde os negreiros” (Evaristo, 2017, p. 17).

Em 2022, 76,5% das vítimas de homicídio no Brasil foram negras. Para cada pessoa não negra no Brasil, 2,8% negros são mortos. Neste mesmo ano, de todas as unidades da federação, a Bahia apresentou a maior taxa de homicídios registrados de pessoas negras a cada 100 mil habitantes (51,6), maior que a média nacional (29,7). Conforme dados apontados pelo IPEA, em todos os estados, uma pessoa negra corre maior risco de ser vítima letal do que uma pessoa branca: para cada pessoa não negra assassinada no Brasil, 2,8 negros são mortos (Cerqueira; Bueno, 2024).

O Brasil ainda carece de produção de conhecimentos, métodos e estratégias que subsidiem o manejo clínico dos efeitos subjetivos do racismo por meio da produção de saúde mental junto à população negra. Consequentemente, o sofrimento psíquico de pessoas negras tende a se agravar quando o profissional de saúde mental não reconhece o racismo como um determinante social (Tavares, 2019).

No caso das mães que perdem seus filhos para a “guerra às drogas” e os conflitos com o tráfico, é notório como essas mulheres são alocadas em uma espécie de não-lugar, submetidas à impossibilidade de viver o luto não reconhecido socialmente, desqualificado e

deslegitimado, e por isso mesmo inviabilizado quanto a sua elaboração no universo do simbólico. Todavia, a experiência da desqualificação do sofrimento e o sentimento de desvalor não se reduzem à vivência de dor das mães enlutadas. Muito antes, pode ser verificada quando os jovens negros são destituídos do direito à presunção de inocência durante a abordagem policial ou perante o juiz e sua aplicação de pena, ou mesmo quando são submetidos à execução nas cenas urbanas e lançados à expiação pública por meio dos suplícios modernos dos noticiários.

Neste modelo orwelliano em que guerra é sinônimo de paz, ampla produção aponta que as raízes da “guerra às drogas” estão muito bem situadas como parte do projeto neoliberal que subjaz ao Estado Penal, legitimando as incursões militares, a ocupação massiva dos territórios periféricos tornados zonas perpétuas de conflito armado pelo terrorismo de Estado e a violência da criminalidade, ao mesmo tempo em que populariza o argumento do controle social da população negra e periférica por meio da “guerra às drogas”, sequestrando a opinião pública através dos discursos médico-jurídico-moral e do marketing midiático com forte apelo emocional (Franco, 2014; Cunda; Silva, 2014; Oliveira; Ribeiro, 2018; Borges; Santos; Porto, 2018).

Configura-se assim não exatamente uma cenário de guerra, mas de banalização do morticínio que incide sobre corpos destituídos de valor (cf. Cerqueira; Bueno, 2024), engendramento esse que se instaura por meio da naturalização da violência através da socialização de jovens negros nas periferias, na demarcação persistente das fronteiras entre a favela e o “asfalto” e pelas formas inúmeras e continuadas de relativização da noção de estado democrático à serviço da vigilância, punição, suspensão da lei e desumanização dos subalternizados, restringidos aos espaços provisórios onde podem circular ou existir.

Ocorre que a narrativa bem sucedida sobre tolerância étnica (ou “mito da democracia racial”), sustentada por aquilo que Lélia Gonzalez (2020) chamou de racismo por denegação, confere validação à ideologia sobre uma suposta igualdade de oportunidades entre brancos e negros, escamoteando as diferenciações de poder entre os grupos raciais e perpetuando desigualdades que, ainda que estructurem historicamente a sociedade brasileira, são atualizadas no presente por meio da omissão ou da ação cotidiana daqueles que se beneficiam ao herdar e concentrar privilégios materiais e simbólicos desde a fundação do Brasil enquanto nação.

Estes são os conflitos, os dilemas e as questões que circundam o projeto de extensão intitulado “Escutatórias: ajuda e suporte mútuos em saúde mental e educação popular no

território”, vinculado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e desenvolvido durante o ano de 2024 em um bairro periférico do município de Santo Antônio de Jesus, Bahia.

Neste artigo, nos propomos a relatar a experiência e os desafios postos no processo de ensino-aprendizagem no projeto “Escutatórias”, tanto na perspectiva do professor coordenador quanto de estudantes dos cursos de graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e em Psicologia que participaram do projeto de extensão dedicado à produção de saúde mental comunitária com mulheres periféricas em situação de profundo sofrimento psíquico.

Muitas perguntas foram acionadas: quais estratégias podem ser acionadas para o cuidado à saúde mental comunitária de mulheres negras e periféricas submetidas à continuada experiência de dor pelo extermínio de seus descendentes, aquilo que nós conceituamos como produção social do banzo contemporâneo (cf. Borges, 2023a)? Quais foram as angústias, quais os dilemas vividos e quais os horizontes que guiaram essa clínica ampliada, artesanal e efetuada em território desprotegido? Como as experiências em extensão popular contribuem para repensar e reorientar a formação em saúde, do ponto de vista técnico, ético e político?

Como já apontamos em outro momento, entendemos a impossibilidade do enfrentamento às injustiças raciais instauradas pela colonialidade “sem que se conceba a educação como espaço de transgressão e de construção de barricadas no mercado das trocas afetivas” (Borges, 2023b, p. 3).

Metodologia

Este artigo consiste em um relato de experiência de discentes e docente extensionistas vinculados ao projeto “Escutatórias: ajuda e suporte mútuos em saúde mental e educação popular no território”, realizado por meio do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e desenvolvido durante o ano de 2024 em um bairro popular de Santo Antônio de Jesus/BA.

Neste relato, buscamos compartilhar as angústias, os dilemas vividos e refletimos sobre os horizontes que guiaram as práticas orientadas pela clínica ampliada e artesanal. Igualmente, nos propomos a refletir sobre o processo ensino-aprendizagem em extensão

popular de docentes e estudantes de graduação junto com as mulheres negras, idosas em territórios periféricos.

No território, as extensionistas textualizavam a experiência a partir da escrita semanal de seus diários de campo. Entendemos o diário como uma ferramenta que, embora originada da etnografia e parte do trabalho antropológico, possibilita a presentificação do passado por meio do ato de escrever. Por meio do diário escrito em campo e das reflexões posteriores ensejadas, pode-se constituir o conhecimento, no intermédio entre observação, escuta e textualização da experiência, isto é, entre o olhar, o ouvir e o escrever (Oliveira, 1996).

O projeto “Escutatórias” tem por finalidade promover espaços de cuidado, fortalecimento de vínculos comunitários e promoção à saúde de pessoas residentes de territórios periféricos e vulnerabilizados, em especial junto às mulheres negras e idosas de uma comunidade periférica. Nesta edição do projeto, em articulação com um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), desenvolvemos nossas ações junto às mulheres idosas que participam do conjunto de atividades oferecidas pelo referido equipamento da Proteção Social Básica da Assistência Social e pela associação de moradores do bairro, viabilizando nossa aproximação com o campo.

Partimos do suposto de que ouvir é um desafio que nos é colocado no cotidiano dos serviços, dada a dificuldade de fazer ouvir aqueles que permanecem silenciados por processos históricos de subalternização: a população negra e periférica que habita territórios violentados, agravados por marcadores de gênero, classe e idade. Por esta razão, o nome do projeto faz referência ao poema “Escutatória”, de Rubem Alves.

Assumimos como fundamentação teórica a produção epistêmica situada no campo transdisciplinar da saúde mental, os estudos sobre relações raciais e processos de subjetivação. Do ponto de vista metodológico, adotamos a Terapia Comunitária Integrativa (TCI).

A TCI é uma prática de intervenção coletiva que visa fortalecer os laços sociais, valendo-se de recursos da própria comunidade para criar soluções para as dificuldades que decorrem da dinâmica grupal. Nesse sentido, a TCI se distingue das psicoterapias de grupo, podendo inclusive ser exercida por atores sociais do território, na perspectiva da ajuda e suporte mútuos. A TCI é reconhecida como Prática Integrativa e Complementar do SUS (PICS), por meio da Portaria MS n. 849/2017 (Brasil, 2017).

Realizamos encontros semanais de estudos teóricos e mediação de grupos de ajuda mútua orientados pelos princípios e métodos da TCI (cf. Barreto, 2008).

A TCI se aproxima da lógica que orienta os grupos de ajuda mútua. Estes grupos objetivam a acolhida, troca de experiências e apoio emocional entre pessoas que compartilham de experiências de sofrimento assemelhadas. Contudo, os grupos de ajuda mútua são geralmente facilitados por essas mesmas pessoas, tendo os profissionais o papel de oferecer suporte indireto aos facilitadores da comunidade. São reconhecidos os benefícios dos grupos de ajuda e suporte mútuos, pois possibilitam o acolhimento e o apoio emocional das participantes, na medida em que se recebe e se reconhece que somos também capazes de apoiar outras pessoas com formas análogas de sofrer; fortalecimento da esperança; ampliação das redes de sociabilidade e da construção de vínculos duradouros e profundos; espaço para trocas de saberes, de informações sobre o cuidado à saúde e as maneiras de levar a vida, bem como troca de experiências sobre os desafios da vida no lidar com o sofrimento mental e outras formas de adoecimento (Vasconcelos, 2013).

Por isso, após o momento de compartilhamento, em algum momento do encontro, o terapeuta perguntará o mote ao grupo: “quem já viveu alguma situação parecida e o que fez ou está fazendo para superar ou lidar melhor com esse problema?”, tornando o encontro não só espaço para a catarse de sentimentos e experiências represadas mas, fundamentalmente, contexto apropriado ao aprofundamento dos vínculos, da amorosidade e da construção de redes de apoio solidárias e acolhedoras.

Da mesma forma, os grupos de ajuda mútua possibilitam que seus participantes construam, aos poucos, estratégias para lutar contra a solidão e o isolamento, bem como contribui para o fortalecimento do controle social no contexto dos serviços, por meio da problematização, da construção compartilhada do conhecimento e do fomento à emancipação enquanto projeto coletivo, em consonância com a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) (Brasil, 2013).

Em paralelo aos estudos teóricos, realizamos na universidade rodas de TCI (intituladas “rodas de apoio e escuta mútuas”) apenas com o grupo de extensionistas e, nos encontros subsequentes, abertas à comunidade acadêmica. Estes encontros, ao mesmo tempo formativos e afetivos, foram importantes para a construção das relações vinculares entre a equipe de extensionistas, que puderam experienciar a produção do cuidado e do vínculo por meio do compartilhamento de suas vivências e de suas dores em espaço seguro, enquanto

desenvolviam, na dialética entre teoria e prática, a escuta sensível e não valorativa e o reconhecimento do sofrimento do outro (e de si na relação eu-outro).

Em seguida, passamos para a aproximação com o campo e pactuação das ações com as lideranças comunitárias, que também participaram das rodas e foram importantes parceiras na divulgação junto às mulheres em situação de sofrimento no território. Nos meses subsequentes, empreendemos os encontros que contavam com dez extensionistas e, em média, oito a doze participantes da comunidade por encontro.

A cada “roda de apoio e escuta mútua”, mediadas em duplas ou trios, as discentes se alternavam na assunção de papéis de terapeuta e co-terapeutas, ora como participantes. Assim procedemos, de maneira a possibilitar que todas as extensionistas pudessem participar das rodas de TCI a partir de diferentes lugares e perspectivas, horizontalizando e dinamizando o processo ensino-aprendizagem. Cada roda desenvolvida em campo foi sucedida por um encontro de supervisão, de modo que toda a equipe de extensionistas pudessem refletir coletivamente sobre o encontro, identificando os limites e as potencialidades, bem como as expectativas e desafios postos para os encontros subsequentes.

Desta maneira, investimos na construção de um espaço formativo circular, capaz de operar na

dimensão da ação-reflexão-ação posta pelos encontros de discussão teórica, imersão em campo, textualização da experiência e avaliação processual em supervisão [que] teve por finalidade fazê-las perceber que o espaço da micropolítica é dinâmico, permeado por forças, tensionamentos e linhas de ação que podem produzir o movimento do cuidado nos serviços ou, pelo contrário, que podem ser capturadas por aquilo que chamamos de ‘desejos de colonialidade’. Para tanto, é necessário o investimento em itinerários formativos que reiterem certo grau de liberdade e autonomia de estudantes e extensionistas para a invenção de planos de cuidado [...] (BORGES, 2024, p. 258-259).

Ademais, entendemos que a universidade deve se definir enquanto instituição social compromissada com a efetivação de valores republicanos e democráticos. A universidade não deve reduzir a educação à prestação mercantilizada de serviços educativos (Chauí, 2003). Tampouco deve buscar substituir os vazios assistenciais resultantes das escolhas de governos locais, mas se consolidar enquanto instituição provocativa que aspira ao valor da universalidade como princípio inalienável. É nestes termos que justificamos este projeto de extensão. Se é parte do compromisso das nossas universidades públicas participar da construção de uma sociedade equânime na invenção do inédito-viável, entendemos que a via mais aguerrida para essa participação é a própria extensão universitária.

A extensão popular se caracteriza pela imersão na realidade como parte da produção do conhecimento, bem como pelo diálogo e convívio entre diferentes sujeitos e suas culturas. Para tanto, propõe-se a romper com as dicotomias entre conhecimento e ação, de modo que se busque conhecer para melhor agir sobre a realidade, almejando transformá-la com as pessoas e não para elas, o que exige o envolvimento da comunidade e o estímulo à participação popular na iniciativa, pois quem vivencia o problema deve ser co-partícipe de sua solução (Araújo; Cruz, 2022).

É a Política Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2012) que define como diretrizes a interação dialógica, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como o impacto na formação do estudante e o impacto e transformação social a partir do lastro social da universidade.

Nesse sentido, buscamos contribuir para uma práxis educativa extensionista implicada técnico e ético-politicamente com transformações estruturais, atenta aos marcadores sociais de raça, gênero, classe e etário, bem como a constituição de competências profissionais de manejo individuais e coletivas que envolvam a habilidade de escutar, acolher e reconhecer as diferenças em interação dialógica, o exercício da interprofissionalidade no processo de trabalho e a capacidade de transitar entre diferentes saberes, inclusive populares.

“No escuro, um corpo negro bambeia e dança”: desafios para a escuta sensível na extensão popular na perspectiva do docente

Caminhando por quase quarenta minutos, percorremos a pé semanalmente a distância entre o campus e a comunidade, entre ruas, vielas e largos sob o sol do recôncavo baiano. O encontro com o campo e aquelas mulheres possibilitou, de início, compreender que havia ali vínculos afetivos e comunitários que antecedem em muito a nossa chegada na associação de moradores.

E ao longo das semanas fomos escutando biografias dolorosas marcadas por lutos, lutas, desamparo e vazio. Não foram poucas aquelas mulheres que compartilhavam suas “insubmissas lágrimas” e as suas histórias de perda de seus filhos e netos, pois “a bala não erra o alvo, corpos negros que, no escuro, bambeiam e dançam”, como na poesia de Conceição Evaristo (2017) intitulada “certidão de óbito”. Mulheres que tiveram seus temas escolhidos para serem contextualizados e refletidos pelo grupo nos encontros semanais.

Algumas delas compartilharam dores que ultrapassaram algo em torno de uma década, mas que se faziam presentificadas pela dor de um luto socialmente não reconhecido. Outras, igualmente adoecidas, desenvolviam quadros graves de ansiedade e depressão ante o temor pela vida dos seus filhos que, contrariando as probabilidades, ainda permaneciam vivos.

Embora já tivessem vínculo entre si, foram aos poucos, durante “as rodas de apoio e escuta mútuas”, na verdade aprendendo a escutar umas às outras, reconhecendo-se no outro a dor que também é sua, suspendendo provisoriamente o julgamento moralizante ou as soluções mágico-religiosas produzidas pelo discurso colonialista eurocristão.

Sem a pretensão de confrontar em campo a ideologia e culpabilizadora neopentecostalista que atribui a origem do sofrimento à “fé insuficiente em Deus”, mas problematizá-la, fomos reconhecendo e refletindo, em supervisão e em grupo, que o mundo vivido exige ser decodificado, produzindo, em termos freireanos, o trânsito da consciência ingênua à consciência crítica da redescoberta do sujeito como instaurador do mundo e da experiência. Diante do fatalismo imobilista avassalador escamoteado no discurso religioso, fomos convocados à tarefa, ainda inconclusa (vale frisar), de estimular a consciência complexa de si e do mundo.

Sabemos das dificuldades, dos limites e da natureza inconclusa do nosso trabalho de desmontagem da ideologia fatalista, justamente porque reconhecemos nela aquilo que Freire define como parte da desumanização:

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica - a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização (Freire, 2018, p. 43).

Todavia, não deixamos de reconhecer que o manejo do grupo de extensionistas em aprendizado e as regras da TCI (não dar conselhos; falar da própria experiência, na primeira pessoa do singular; não fazer discursos, sermões ou julgamentos etc.), lembradas no início de cada roda e a cada momento em que se fez necessário, foram auxiliando aquelas mulheres a descobrir que não se encontram sozinhas no mundo e que podem se amparar umas às outras, apostando na vitalidade transformativa e embrionária que reside naquele vínculo comunitário

e rejeitando, no contexto do grupo, valores hegemônicos como individualismo, desconsideração e competitivismo.

Assim, aprendiam as mulheres da comunidade e nós extensionistas na lida cotidiana do manejo grupal, já que ninguém se conscientiza separado dos demais. No que tange aos extensionistas, pude perceber que a imersão em campo, o protagonismo no manejo do grupo, a processualidade do aprender, fundada na coletivização e na horizontalidade da relação entre ensinar e aprender, possibilitou transformações políticas e subjetivas que não seriam possíveis de serem alcançadas por meio de uma outra práxis educativa que não fosse orientada pela Extensão Popular. A teoria se fez embebida no mundo da experiência, de modo que as linguagens diversificadas (textos acadêmicos, crônicas, poesias, escrita em diários de campo) foram acionadas, lidas e discutidas nas supervisões para reorientar nosso olhar para a dimensão sutil e sofisticada dos acontecimentos que se sucediam nas rodas.

Desta forma, a superação da contradição também foi um fenômeno que nós trilhamos, a medida em que, rejeitando os desejos de colonialidade, nos dedicamos enquanto grupo não somente a conscientizarmos uns aos outros por meio de uma compreensão intelectualizada e distante das mazelas vividas por essas mulheres diante de uma realidade dura, violenta e domesticadora, mas sobretudo por meio de nosso engajamento na práxis libertadora da solidariedade, da abertura afetiva e da exposição de nossas fragilidades por meio de nossas histórias também compartilhadas, reconhecendo-nos no outro também as nossas próprias dores.

Como já dizia o educador Rubem Alves (1999), sempre se vê anunciados cursos de oratória, mas que não se costuma ver a divulgação de cursos de “escutatória”. Isso porque todos querem aprender a falar, mas poucos anseiam o aprendizado desafiador de escutar. Para além do ruído das cidades, seus fluxos e não lugares, longe dos falatórios, o cuidado em saúde mental nos desafia à abertura de portas que pedem passagens, no silêncio que cessa os ruídos. Para começar a ouvir e, portanto, verdadeiramente se aproximar desse outro, o educador nos aponta que o primeiro passo exige não só o silêncio de fora, mas o silêncio de dentro.

Se ouvir é parte importante do desafio que nos é colocado na rotina da vida urbana e no cotidiano dos serviços públicos de saúde, ainda mais difícil tem sido aos beneficiários de heranças simbólicas e materiais ouvir aqueles que permanecem silenciados por processos históricos de produção da subalternidade.

Dentre essas populações vulnerabilizadas, dos quais nos debruçamos neste projeto, aqui salientamos as pessoas que apresentam sofrimento psíquico, sobretudo mulheres idosas e responsáveis pela subsistência da família, e que em razão do sofrimento são incompreendidas, negligenciadas ou com vínculos familiares e comunitários fragilizados, com seus sofrimentos agudizados pela perda de seus filhos através do extermínio necropolítico estatal, expressão máxima da soberania que define quem deve viver ou morrer nos territórios periféricos dos centros urbanos.

Nos dizeres de Achille Mbembe (2016, p. 129), nessa forma bélica de exercício da política, “a racionalidade da vida passa pela morte do outro”. São, portanto, aquelas que habitam o outro lado das linhas abissais, distribuídas segundo uma geopolítica do conhecimento que deslegitima seus saberes ancestrais em território sem lei, as zonas coloniais incrustadas na cidade onde o domínio do direito não é aplicável, aí incluído não apenas o direito à saúde, mas o direito à vida e mesmo o reconhecimento de sua humanidade (Santos, 2007).

Não é indiferente essa relação de apropriação, estratificação social e violência racial resulte no processo perverso de agudização do sofrimento psíquico entre aqueles situados no outro lado das linhas abissais. Afinal, não é sem consequências que ocorre a “distribuição da morte como exercício organizado do poder de Estado, as topografias militarizadas onde gerações passaram a ser socializadas pela experiência do enterro precoce de seus pares”, nos dizeres de Nathália Oliveira e Eduardo Ribeiro (2018, p. 1), que sintetizam com precisão como a chacina e o medo fazem parte da experiência negra desde a infância, como reflexo do regime necropolítico produtor de adoecimento psíquico e desesperança.

Esses são os sentimentos que Cornel West (2021) reconheceu como a grande ameaça niilista às populações negras da América. Para o filósofo, não basta a crítica às estruturas reprodutoras de desigualdades raciais (isto é, reduzidas à dimensão econômica e política subjacentes à discriminação racial e outras formas de violência), enquanto se desconsidera as consequências advindas da produção de subjetividades (des)orientadas pela falta de propósito, de vínculos, perspectivas, de esperanças e de amor, nos impulsionando à fragmentação e aos escapes oferecidos pelo consumismo.

Se entendemos que o banzo representa a apatia, os sonhos esmagados, a perda da vontade de viver e de toda a esperança, a morte simbólica e psicológica que precede a morte física entre negros escravizados, como já observou Abdias do Nascimento (1978), precisamos

reconhecer que o racismo não se extinguiu ou se diluiu com as transformações operadas na mudança do modelo produtivo que resultou no fim do escravismo no “Novo Mundo”, fundando um novo racismo cotidiano que é, ao mesmo tempo, reencenação do passado colonial e realidade traumática (Kilomba, 2019).

Por esta razão, entendemos que as vivências das mulheres que acompanhamos nas “rodas de apoio e de escuta mútuas” expressam o que definimos como produção social do banzo contemporâneo, naquilo que tem de dor e de resistência possível, no cotidiano das vidas descartáveis:

Assim como a colonialidade sobreviveu ao colonialismo, consideramos que o banzo adquiriu novos contornos e se atualizou em modos de expressão contemporâneos. [...] Entendemos o banzo contemporâneo como um modo específico de produção do sofrimento social que traz efeitos nefastos sobre a subjetividade de pessoas negras e que não se circunscreve à história da diáspora, sobrevivendo muito após o fim do modelo de produção de base escravista. Como fenômeno contemporâneo, o banzo contemporâneo apresenta suas raízes rizomáticas a partir de múltiplas linguagens e formas muito heterogêneas, como a seletividade penal e o encarceramento em massa da juventude negra, tornando-nos alvos preferenciais da guerra às drogas e das diferentes formas de morticínio, como a violência e a tortura policial, a relativização do direito à presunção da inocência na esfera pública, à fome, ao subemprego e às de técnicas arquitetônicas hostis dirigidas às pessoas em situação de rua, bem como outras formas inventivas de humilhação, subjugação e exposição de pessoas negras à experiência traumática do racismo cotidiano (BORGES, 2023a, p. 65).

Todavia, entendemos que, ao seu próprio modo e dentro dos limites possíveis à mudança, as mulheres também empreendem formas de contestação e buscam, na ação coletiva, expressar modos de re-existência perante as formas de violência física e simbólica impostas pela produção social de banzo contemporâneo. Afinal, não é mera casualidade o fato dessas mulheres participarem ativamente e com assiduidade do planejamento e das realização das atividades pedagógicas, terapêuticas ou lúdicas propostas pela associação de moradores, liderada por mulheres da própria comunidade. Trata-se da emergência da pulsão palmarina, conceito proposto pelo professor Wade Nobles (2009) e que ilustra bem a vocação, o desejo e a aspiração de negros e negras diaspóricos pela liberdade.

“Cuidando de nossa dolorida memória”: desafios para a escuta sensível na extensão popular na perspectiva das extensionistas

Há dois fatos que percebemos ao longo da nossa experiência no projeto “Escutatórias”: primeiro, nunca sabemos o que esperar do campo; segundo, que o cuidado em

saúde é trabalho vivo que se faz em ato (Franco; Merhy, 2012). Mesmo com os vários encontros teóricos e discussões preparatórias para o manejo das possíveis situações que enfrentaríamos, nada se comparou à experiência vivida.

Ao longo de nossa trajetória extensionista, foi possível perceber, dentre muitas descobertas, a potência transformadora do contato com o campo e do encontro com o outro. De fato, não finalizamos nossas atividades da mesma forma com que iniciamos. Nos primeiros encontros, o sentimento geral que perdurava era o de angústia frente à imprevisibilidade do contato. Foi preciso o movimento mútuo de abertura ao território e do próprio campo ao nosso grupo para que a verdadeira força mobilizadora pudesse ser construída, força esta que se estabeleceu através dos afetos, das conexões intersubjetivas e das disposições do coletivo: “O afeto vai e vem. O compartilhamento é coisa que rende” (Santos, 2023, p. 36).

Compor as rodas de terapia comunitária integrativa com aquelas mulheres, com quem desenvolvemos laços que transcendem a dimensão técnica, pois foi algo profundamente significativo e transformador para todas. Essas vivências nos marcaram enquanto pessoas que se percebiam naquele território (algumas de nós também vindas de periferias) e enquanto psicólogas em formação, que se constituem enquanto tais no compartilhamento afetivo dos relatos marcados pela injustiça social.

Nas idas à associação de moradores, fomos atravessadas por uma gama de afetos. Os momentos antes de ir a campo pela primeira vez foram carregados de expectativas e tensões. Apesar de todos os medos e incertezas, também havia a “vontade de fazer”. Estávamos otimistas, pois acreditamos na proposta do projeto e nos encontrávamos incentivadas pela acolhida que recebemos. Além disso, conhecíamos a estrutura das rodas de Terapia Comunitária Integrativa (TCI) e os benefícios que ela poderia trazer para aquela comunidade, pois já havíamos participado ou mediado rodas de TCI conosco e com a comunidade acadêmica. Assim, apostamos nas rodas como uma forma de possibilitar que aquelas mulheres pudessem ouvir e serem ouvidas e, aos poucos, a insegurança foi sendo amenizada, deixando de ser um obstáculo paralisador graças ao horizonte ético e político que se sobrepôs ao medo.

E assim fomos percebendo que a potência do “Escutatórias” reside na própria comunidade, como força centrífuga aberta à interlocução com a universidade, por sua vez disponível pela via da extensão popular. Nessa dialética, logo nos vimos transformadas:

inicialmente acanhadas, dificilmente projetando a voz naquele salão da associação de moradores, pouco atentas aos sinais implícitos do campo... e, no entanto, cada vez mais abertas ao vínculo, à amorosidade, mais dialógicas e problematizadoras diante daquelas realidades.

Ao longo de cada momento vivido, ouvimos relatos que nos sensibilizaram e nos conectamos com a dor daquelas que partilhavam suas experiências. Também elas foram aprendendo a escutar. Estar ali exigia mais do que mera presença física, mas se despir das resistências para ir ao encontro do dito e do não-dito. Encontrar, nas histórias que nos foram confiadas, nosso próprio reflexo e humanidade.

Durante os encontros, aprendemos que nem tudo estará sob nosso controle, dando passagem ao inédito-viável. Isso foi possível pelo apoio entre as extensionistas, todas se percebendo como responsáveis pelas rodas e dando suporte umas às outras diante de imprevistos.

Ao longo do projeto, construímos uma relação de proximidade que possibilitou um encontro genuíno entre as mulheres e extensionistas. A abertura que as mulheres deram ao grupo foi indispensável para que essa relação se formasse a partir do momento em que nos receberam no espaço delas, mas que se tornou também um pouquinho nosso. Foi bonito perceber o processo gradual de aproximação e familiarização, a medida em que as participantes puderam se apropriar do formato e das regras grupais e, à sua própria maneira, tornaram-se também mediadoras dos encontros.

O desmonte de nossas certezas e expectativas diz respeito àquilo que os antropólogos costumam chamar de “transformar o familiar em exótico e o exótico em familiar”. Tanto nossa quanto delas: a curiosidade das mulheres em relação ao nosso projeto foi, pouco a pouco, transformando-se em um sólido, regular e profundo engajamento em nossas atividades. A cada novo encontro, fomos surpreendidas com mais cadeiras preenchidas e rostos já familiares que retornavam. Recebemos cada vez mais retorno sobre a potência de nosso projeto, tanto pelo que nos foi compartilhado pelas mulheres, quanto naquilo que discutimos entre nós, extensionistas. E assim comemoramos o desenvolvimento progressivo de nossas formas de cuidar, na dimensão relacional do acolhimento.

Desse modo, acompanhamos tanto a nossa própria mudança, quanto a transformação das mulheres em relação ao nosso projeto. As desconfianças iniciais já haviam sido há muito superadas. Se no início tivemos obstáculos em relação à participação ativa nas etapas da TCI,

em poucos encontros nos deparamos com um grupo engajado e cada vez mais auto suficiente, abundante na produção de vínculos e de compartilhamentos acolhedores.

Muitos desses encontros tiveram como pano de fundo o contexto político e sociorracial de Santo Antônio de Jesus e, como se fosse uma pequena amostra, refletiu o cenário nacional: pessoas negras que habitam territórios vulnerabilizados tornando-se alvos preferenciais do terrorismo de Estado. Todas as biografias daquelas mães ou avós, com suas particularidades e idiossincrasias, colhiam “as nossas perenes lágrimas pelos mortos de hoje”, parafraseando a poesia de Evaristo.

Não foram poucos os relatos compartilhados expressavam o sofrimento que decorria da insegurança no bairro, o sentimento de impotência e de medo ao verem seus filhos e filhas saírem para trabalhar, temendo que não retornassem, diante de tantas perdas e de lutos socialmente não reconhecidos.

“Cuidando de nossa dolorida memória”, o grupo se constituiu como espaço de organização e resistência micropolítica e instituiu rodas de mulheres que se fortalecem mutuamente, companheiras-amigas que materializam a potência da comunidade diante das dores e injustiças do banzo contemporâneo.

Considerações finais

O projeto “Escutatórias” (apelidado de “Grupo de Amigos” por algumas das participantes) surge, portanto, com lugar de encontro entre saberes tradicionais, competências locais, saber acadêmico e modos de vida, em relação de circularidade.

Com circularidade, recorremos ao conceito de Antonio Bispo dos Santos (2023). Se para o colonialismo a água anda em linha reta, na circularidade a água volta para o lugar de onde veio, fortalecendo na correnteza, fluindo por outros espaços, evaporando, formando nuvens, desencadeando chuvas: “ao mesmo tempo que algo vai, fica; ao mesmo tempo que fica, vai – sem se desconectar” (Santos, 2023, p. 50).

Sendo assim, entendemos que não estávamos no campo para desenvolver “intervenções” objetivando “o desenvolvimento da comunidade” mas, partindo de uma cosmologia não colonizadora, indo ao encontro em circularidade, sem desconectar, enquanto seres compartilhantes que somos. Sabemos que é possível fazer usos profundamente autoritários e verticais do desgastado, mal utilizado e mal compreendido conceito de

“conscientização”. Não protagonizamos a mudança, fomos apenas parte dela: facilitadoras abertas às afetações, confluindo com elas, também participantes abertas e disponíveis à transfluência de um “em-comum”, mutuamente capazes de mobilizá-las e nos mobilizarmos na resolução dos próprios conflitos.

A teoria, dotada de importância, nos ofereceu as ferramentas conceituais para entendermos os tentáculos do racismo e, com elas, construir barricadas. Acontece que para nós, “a teoria emergia molhada da prática vivida” (Freire, 2001, p. 264). Aqui, a escuta de uma mãe que perdeu seu filho para o projeto genocida da juventude negra não pode se reduzir a um dado de pesquisa. São as “negras estrelas tingidas de sangue [que] elevam-se das profundezas do tempo”, citadas na poesia de Conceição Evaristo (2017), “certidão de óbito”.

A partir das vivências do docente e de graduandas do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS), foram evidentes as metamorfoses formativas e subjetivas advindas da experiência coletiva no projeto de extensão “Escutatórias”. No lugar da episteme e da técnica fria, dura ou neutra, a cosmologia do riso, abraço e festa. Seguindo os ensinamentos do pensador quilombola, começo, meio e começo.

Referências

ALVES, Rubem. **O amor que acende a lua**. 8 ed. São Paulo: Papirus, 1999.

ARAÚJO, R. S. de; CRUZ, P. J. S. C. Extensão popular: trabalho social que se dá com base no encontro humano, no diálogo com o outro e na imersão crítica na realidade. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 1–8, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/67429>

BARRETO, A. P. **Terapia comunitária passo a passo**. 4 ed. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008.

BORGES, S. A. C.; BITENCOURT, I. da S.; SANTOS, S. G. A. dos; SOARES, C. dos S.; DIAS, L. M. B. Tecendo escutatórias na formação em saúde: o lugar de ensinante da escuta sensível na clínica artesanal. In: MOREIRA, A.; GOMES, K. V.; ROCHA, R. V. S. **Psicologia em saúde no Brasil: boas práticas no Sistema Único de Saúde**. Catu: Bordô-Grená, 2024.

BORGES, S. A. C.; BITENCOURT, I. da S.; SANTOS, S. G. A. dos; SOARES, C. dos S.; DIAS, L. M. B. Notas preliminares para a descolonização da educação em saúde no Brasil. Práticas e Cuidado: **Revista de Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 4, p. e18947, 2023b. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/18947>

BORGES, S. A. C. **“Eu saí da rua, mas a rua não saiu de mim”**: narrativas de pessoas em situação de rua em ações coletivas de luta e resistência. Tese (doutorado) – Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2023a.

BORGES, S. A. C.; SANTOS, M. L. R.; PORTO, P. N. Discurso Jurídico-Moral Humanizador sobre drogas e violência sanitária na saúde da família. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 430-441, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811707>

BRASIL. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. FORPROEX, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 849, de 27 de março de 2017**. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Diário Oficial da União. 28 Mar 2017.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5–15, set. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>

- CUNDA, M. F.; SILVA, R. A. N. O crack em um cenário empedrado: articulações entre os discursos jurídico, médico e midiático. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe, p. 245–255, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500025>
- EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FRANCO, M. **UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro, UFF, 2014.
- FRANCO, T. B.; ELIAS MERHY, E. Cartografias do trabalho e cuidado em saúde. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. Pág. 151–163, 2012. Disponível em: <https://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1120>
- FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 42, p. 259–268, maio, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- KILOMBA, M. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Artes e Ensaios**, v. 15, n. 32, p. 123-151, 2016.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NOBLES, W. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. 398 p
- OLIVEIRA, N.; RIBEIRO, E. O massacre negro brasileiro na guerra às drogas. **Revista Sur**, v. 15, n. 28, p. 1-4, 2018.
- OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Revista de antropologia, p. 13-37, 1996.
- SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora, 2023.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, p. 71-94, 2007.
- TAVARES, J. S. C.; KURATANI, S. M. DE A.. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. e184764, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>

VASCONCELOS, E. M. **Manual de ajuda e suporte mútuos em saúde mental:** para facilitadores, trabalhadores e profissionais de saúde e saúde mental. Rio de Janeiro: Escola do Serviço Social da UFRJ; Brasília: Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde, 2013.

WEST, C. **Questão de raça.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.